Boletim Informativo do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal

SINDICAL informa

GESTÃO TRANSPARÊNCIA E LEALDADE

Brasília, 11 de abril de 2016

Edição CLDF número 06 de 2016

PACTO DILMA/ROLLEMBERG ATAQUE AOS SERVIDORES PÚBLICOS

O Sindical serve-se da presente para deixar clara sua posição sobre o PLP nº 257/2016 e, especialmente, sobre a sua percepção acerca da correlação de forças políticas dedicadas ao ataque do servidor público do Distrito Federal e, especialmente, dos servidores da Câmara Legislativa e do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Uma servidora, inclusive, ligou para o presidente do Sindical, Jeizon Silverio, criticando o boletim, asseverando que o PLP nº 257/2016 é de autoria do Governo Federal e, portanto, não teria entendido o porquê de a chamada da matéria ter sido direcionada ao governador Rodrigo Rollemberg.

Aceitamos as críticas dos colegas e as agradecemos, pois é sempre bom receber contribuições construtivas. O boletim do Sindical errou ao não deixar bastante claro o motivo da chamada e, por isso, o faz neste momento.

E qual é a posição <u>política</u> do Sindical?

Como já dissemos em outras oportunidades, o PLP nº 257/2016 é a maior covardia do século contra os servidores públicos estaduais e distritais deste país. Os servidores públicos do Distrito Federal ficarão por mais de década amordaçados, sem qualquer possibilidade de melhorias salariais, e sujeitos à precarização do trabalho pela inviabilização de concurso público. Mas a expressão "covardia" não é mera figura de retórica. A engenharia política dessa proposta precisa ser de conhecimento dos servidores: Governo Federal (Governo DILMA) e Governadores, que se reuniram em Brasília sob a liderança do governador Rodrigo Rollemberg, conforme noticiado em diversos meios de comunicação, articularam a elaboração do PLP.

Assim como Dilma Rousseff assina a proposição, é importante que não caiamos no "canto da sereia": essa conta

Foto: Tony Winston / Agência Brasília

Governadores reunidos na Residência Oficial de Águas Claras, em 01/02/2016.

deve ser paga pelo governo federal e também pelo governador Rodrigo Rollemberg, articulador e entusiasta da medida.

E por qual motivo o nosso governador seria entusiasta da medida? Ora, ele poderá calar o movimento sindical e ainda dizer que a culpa não é dele, mas da Lei de Responsabilidade Fiscal e pura e tão-somente do Governo Federal. Assim agem os cavardes: a culpa é sempre do outro. Reiteramos humildemente nossas escusas e reafirmamos: falamos aos servidores públicos do Distrito Federal e, especialmente, aos servidores da CLDF e do TCDF.

PS: a linha política e, consequentemente, a forma de atuação do Sindical, pauta-se pela unidade na defesa dos interesses da categoria, transparência, respeito às decisões tanto da diretoria como da instância máxima da entidade, ou seja, da assembleia dos trabalhadores e independência em relação a partidos políticos ou qualquer Central Sindical. Não precisamos nos cacifar politicamente perante qualquer partido político ou Central Sindical.

PLP 257/2016

Parlamentares e representantes de entidades sindicais se reúnem na Câmara dos Deputados

Ana Paula Alves

Diretoria do Sindical participa de reunião, na Liderança do PMDB, na Câmara dos Deputados, para discutir PLP 257/2016.

A diretoria do Sindical, juntamente com representantes de sindicatos e entidades de classe de todo o Brasil, se reuniu na terça-feira (5), com líder do PMDB na Câmara dos Deputados, deputado federal Leonardo Picciani (PMDB-RJ) e o deputado federal Roney Nemer (PP-DF) para centralizar esforços contra a provação do PL 257/2016. Também participaram da reunião o presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, conselheiro Renato Rainha e o ex-vice-governador do Distrito Federal, Tadeu Fillippelli.

O líder do PMDB, deputado Leonardo Picciani, reconheceu que há a necessidade da repactuação da dívida dos estados, dos municípios e do Distrito Federal e que existem dificuldades em se discutir alternativas à queda da arrecadação, um problema que inviabiliza o funcionamento da máquina administrativa. Porém, Picciani reconheceu que o PLP 257/2016, da forma com que foi apresentado, apresenta prejuízos aos servidores públicos, além de ter pontos de inconstitucionalidade e garantiu que o PMDB trabalhará para equilibrar a proposta.

A ideia, de acordo com o parlamentar, é trabalhar para que, apenas os pontos que tratam da renegociação da dívida dos estados com a União, sejam analisados de imediato e que os pontos prejudiciais às carreiras de servidores sejam rejeitados.

Para o presidente do Sindical, Jeizon Silverio, o PLP 257/2016 tem outros objetivos além de resolver o problema das dívidas dos estados e representa grande prejuízo aos servidores públicos. " É oportunista e covarde pois, sob o argumento de sanar as finanças dos estados e do Distrito Federal, altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) de modo a amordaçar os servidores por anos e, em alguns casos, por mais de uma década" avalia.

Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal - Sindical - Diretoria: **Presidente:** Jeizon Allen Silverio Lopes; **1º Vice-Presidente:** Pedro Inácio da Silva; **2º Vice-Presidente:** Átila Vinícius de Carvalho; **Diretor Secretário:** Moacyr Martins Amaral Filho; **Diretor de Administração:** Maria do Amparo Pereira de Araujo; **Diretor de Assuntos Jurídicos:** Luiz Alberto Alves Ferreira; **Diretor de Finanças**: José Benício Medeiros de Souza; **Diretor de Comunicação Social:** Victor Lúcio Figueiredo; **Diretor de Formação Sindical:** Kleber Chagas Cerqueira; **Diretor de Assuntos Econômicos:** Yasmin Carla Marchioro Silverio. Sig QD 2 - Lotes 420, 430, 440 - Edifício City Offices - Salas 231/233 Fone: 33478400 - www.sindical.org.br - sindical@sindical.org.br.